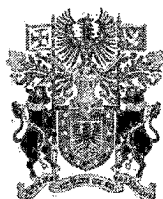


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



SUBCOMISSÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PROJETO DE LEI N.º 206/XIII/1.ª (BE) – IMPEDE PAGAMENTOS EM
NUMERÁRIO ACIMA DOS DEZ MIL EUROS

PONTA DELGADA
MAIO DE 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1615 Proc. n.º 02-08
Data:	01/06/01 N.º 263/X



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 31 de maio de 2016, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre o Projeto de Lei n.º 206/XIII/1.^a (BE) – Impede pagamentos em numerário acima dos dez mil euros.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação do presente Projeto de Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro.



2.º. CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente Projeto de Lei tem por objeto – conforme dispõe o artigo 1.º – alterar “a Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, obrigando à utilização de meio de pagamento que permita a identificação do respetivo destinatário, em valores iguais ou superiores a dez mil euros.”

Tal pretensão, em concreto, é concretizada com o aditamento de uma norma à Lei Geral Tributária com o seguinte teor:

«Artigo 63.º-E

Limitação a pagamentos em numerário

1 - Todos os pagamentos de montante igual ou superior a € 10 000 realizados por sujeitos passivos, independentemente de a transação ser realizada através de uma única operação ou de várias operações aparentemente relacionadas entre si, devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação do respetivo destinatário, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito direto.

2 - O disposto no número anterior é aplicável a todas as modalidades de negócio jurídico, gratuito ou oneroso.»

O proponente sustenta a respetiva iniciativa, em sede de exposição de motivos, alegando que “As investigações institucionais e académicas são consensuais ao atribuir às operações em numerário uma grande incidência de risco de branqueamento de capitais.”

Seguidamente, especifica-se que “Há vários tipos de transações em numerário que fazem parte do processo de branqueamento, nomeadamente o depósito em contas offshore, a troca de notas de pequena por grande denominação, na mesma divisa ou diferente, o câmbio de divisas, a compra e/ou venda de bens de elevado valor ou a liquidação em numerário de aplicações em instrumentos financeiros.”

Neste contexto, considera-se “que é fundamental restringir ao máximo a possibilidade de acumulação de capital em numerário, bem como a sua utilização.”

A presente iniciativa aplicar-se-á na Região, uma vez que a matéria em apreço não se inclui no elenco de competências desta.



A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e BE e os votos contra do PSD e CDS-PP, nada ter a opor ao presente Projeto de Lei.

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente

Francisco Vale César